

Só consenso muda a Carta

CATARINA GUERRA
Da Editoria de Política

Os líderes marcaram reuniões durante todas as manhãs da próxima semana para tentar costurar alguns acordos. Mas o entendimento especialmente sobre as questões mais polêmicas, é muito difícil. Sem ele, no entanto, será quase impossível obter 280 votos em plenário para aprovar mudanças.

A menos de quatro meses das eleições municipais, o quorum médio em plenário não deve ser muito superior a 350 constituintes, a despeito dos esforços que os partidos já começaram a fazer para trazer suas bancadas para votar. E em tempos de quorum baixo, só costumam ser aprovadas questões praticamente consensuais.

Este é um quadro mais favorável às esquerdas, que têm maior interesse em manter as conquistas sociais obtidas no



Carlos Sant'Anna

primeiro turno a fazer grandes mudanças nesta reta final.

Uma das questões que a esquerda considera fundamental modificar no segundo turno é a reforma agrária, permitindo a desapropriação das terras produtivas. Para isso ela terá o

apoio das lideranças do PMDB e do PSDB, mas mesmo assim é improvável que consiga ampliar os dispositivos da reforma agrária.

O Governo elaborou uma lista de 23 itens considerados de alteração fundamental, mas o próprio líder Carlos Sant'Anna se encarregou de reduzir a lista a um máximo de 12 pontos ao se convencer da impossibilidade de manter o quorum alto durante as votações.

Entre os itens que a liderança do Governo pretende derrubar estão o direito de greve nas atividades essenciais, o voto aos 16 anos, a aposentadoria proporcional, a anistia aos pequenos e microempresários e a transferência, para os Estados, de 20 por cento da arrecadação dos impostos instituídos pela União no exercício.

O QUE DEVERÁ SER MUDADO

— Tabelamento da taxa de juros em 12 por cento ao ano. A tendência é pela remissão do índice de 12 por cento para o capítulo das Disposições Transitórias até que seja votada lei regulamentando este índice.

— Estatização dos bancos de sangue e hemoderivados. Há consenso na retirada da estatização dos hemoderivados. O dispositivo foi aprovado por engano no primeiro turno: são inúmeros os medicamentos fabricados a partir do sangue e sua estatização é inviável.

— Licença-paternidade de oito dias. A es-

querda não abre mão dos oito dias, mas no PMDB há a perspectiva de um acordo para manter o princípio na Constituição e remeter a regulamentação do número de dias para lei complementar.

— Turno de no máximo seis horas para trabalho em revezamento, salvo acordo ou convenção coletiva. Ainda no primeiro turno foi acertado acordo para retirar a palavra "máximo".

— Anistia aos devedores do Imposto de Renda. A proposta deve cair integralmente.

PONTOS AINDA SEM ACORDO

— Anistia aos pequenos e microempresários urbanos e rurais. Tanto há emendas para acabar com a anistia como para ampliá-la.

— Aposentadoria aos 25 e 30 anos para professoras e professores de 1º e 2º grau. Foram apresentadas 36 emendas para estender a aposentadoria antecipada aos professores universitários. Embora tenha sido a matéria recorrente em emendas no segundo turno, nada indica que a ampliação do benefício será aprovada.

— Voto aos 16 anos.

— Jornada de 44 horas. A esquerda quer reduzir a jornada semanal para 40 horas suprimindo a expressão "e quatro" do texto.

— Reforma agrária. PMDB, PSDB e esquerdas querem suprimir a proibição de desapropriação de terras produtivas para reforma agrária.

— Direito de greve em atividades essenciais. PMDB, PSDB e esquerdas querem o restabelecimento do texto original aprovado no primeiro, que foi modificado pelo relator Bernardo Cabral.

— Direito do servidor público de escolher se irá se aposentar pela Constituição em vigor na data de sua admissão ou pela nova Carta. A supressão do dispositivo foi proposta pelo senador Almir Gabriel (PMDB-PA) e nenhum grupo tem especial interesse na sua manutenção.